

500 ANOS: LOAS, LAMENTOS, BEM-AVENTURANÇAS E MALDIÇÕES

por Manuel Veiga

Diz o Aurélio:

Verbete bem-aventurança

S. f.

1. Grande felicidade, a glória, a felicidade perfeita.
2. Teol. A felicidade eterna, que os santos gozam no Céu. [Pl.: bem-aventuranças.]

~V. bem-aventuranças.

Verbete: bem-aventuranças

[Pl. de bem-aventurança.]

S. f. pl.

1. Us. na expr. bem-aventuranças evangélicas. ~V. bem-aventurança.

Bem-aventuranças evangélicas. Rel.

1. As máximas de vida promulgadas por Jesus Cristo nos Evangelhos, e que significam a vida segundo as finalidades últimas e a sorte final do homem junto de Deus.

Lembrando João de Barros

Um dos grandes escritores portugueses, o cronista de D. João III, João de Barros (1496-1570), trouxe a epopéia à crônica dos descobrimentos, três décadas antes de Camões. Foi donatário de três capitânias hereditárias da costa setentrional do Brasil, as quais o arruinaram na tentativa de desenvolvê-las, mesmo sem nunca ter estado no Brasil, mas para aqui enviando dois de seus filhos homens. O caráter ambivalente das capitânias deve ser notado, ao mesmo tempo feudais e capitalistas, como a perda de capital de Barros o comprova. Tinha apenas quatro anos quando da partida da frota de Cabral, fato do qual não deve ter sido testemunha, mas que supriu com a imaginação e conhecimento a ponto de nos ter deixado uma de nossas mais belas páginas. Aparece em sua *Década I*, escrita antes de 1552¹:

Acabado este acto [Missa] assim como estava arvorada com uma solene procissão de relíquias e cruces, foi levada aquela bandeira, sinal de nossas

¹ *Década I* aparece originalmente como *Asia, dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* (Lisboa: German Galharde, 1552). As *Décadas* seguintes apareceram em 1553, 1563, e 1615 (póstuma), respectivamente.

espirituais e temporais vitórias, a qual el-rei acompanhou, até Pedro Álvares, com seus capitães, na praia lhe beijaram a mão, e espediram dele. A qual espedida, geralmente a todos, foi de grande contemplação, porque a maior parte do povo de Lisboa, por ser dia de festa e mais tão celebrada por el-rei, cobria aquelas praias e campos de Belém, e muitos bateis, que rodeavam as naus, levando uns, trazendo outros, assim serviam todos com suas librés e bandeiras de cores diversas, que não parecia mar, mas um campo de flores, com a frol daquela mancebia juvenil que embarcava. E o que mais levantava o espírito destas cousas, eram as trombetas, atabaques, sestros, tambores, frutas, pandeiros, e até gaitas, cuja ventura foi andar em os campos no apascentar dos gados, naquele dia tomaram posse de ir sobre as águas salgadas do mar, nesta e noutras armadas, que depois a seguiram, porque, para viagem de tanto tempo, tudo os homens buscavam para tirar a tristeza do mar. Com as quais diferenças, que a vista e o ouvido sentiam, o coração de todos estava entre prazer e lágrimas, por esta ser a mais fromosa e poderosa armada que até aquele tempo para tão longe deste reino partia.

(*Década I*, Livro V, Cap. 1)

Que as violas gemam, que chorem os tamborins, que as cuícas se juntem aos atabaques, sestros, pandeiros e tambores, que voltem as gaitas que aqui não encontraram gados para apascentar, que a mancebia juvenil em frol espante a tristeza e que todos juntos ponhamos este país na trilha que Deus lhe reservou!

Hoje: uma homenagem a Nandino Trapalhão e seus asseclas, à guisa de prólogo:

Salvaram a pátria! Aposentados, velinhos, viúvas, pensionistas – os vilões causadores da dívida pública – serão todos exemplarmente punidos. Quem sabe, um programa de extermínio não seria mau. Por que preocupação com música numa hora destas? Se um mero confisco de dinheiro, o seu a salvo por motivos óbvios, resolve tudo? Oito anos de mandato e aposentadoria garantida, sem nada disso. Não se precisa ter vergonha: Constituição é para isso, para mudar todo dia, sem assembléia constituinte, sem mandato do povo, nesse país esclarecido. Conchavos entre presidente e governadores, quem troca o que pelo que... Tranqüilizem-se, portanto. Uma sabedoria estatal até nutrida por títulos acadêmicos (pobres universidades brasileiras, o que fizeram?), conhecedora de tudo, só parece confusa àqueles maldizentes que acham o Brasil de hoje uma ditadura sociológica ainda mais esclarecida que a do Pinocheno. Isso mesmo: a do velho e simpático chileno ora às voltas com a justiça internacional e a gratidão de Margareth Thatcher. Faulkland ou Malvinas: entreguem o que é seu. Teria o Nandino sido seu aluno nos tempos de exílio? E vocês, pobres professores brasileiros, nunca leram as velhas *Cartas Chilenas*? Naquele tempo, há pouco mais de duzentos anos, também às vésperas de uma derrama como a de hoje, um poeta anônimo residente em Vila Rica, hoje Ouro Preto, reclamava contra as proezas do Fanfarrão Minézio. Por mais que Tomás Antônio Gonzaga tentasse, nada impediu que o esclarecido dirigente e seus asseclas desrespeitassem os direitos dos outros, parte por desfaçatez mesmo (gosto de se exceder nas mentiras e de se sentir acima do bem e do mal), parte pelo desejo de tirarem leite de bode. Ora, tirar leite de bode é muito mais complicado. Assim foi tanto

para satisfazer a fominha da coroa portuguesa, quanto está sendo para nós – não há como negar – a seríssima questão resultante de se confiar neobobamente uma nação à sanha de um capitalismo ensandecido e dito globalizado. Tão generosos! Tão bonzinhos! Para eles próprios. Deu no que deu: naquele caso, Inconfidência; neste nosso, apenas incontinência, pois o moço falava pelos cotovelos. Naquele tempo, além de vítimas houve um mártir; neste, nem se vai saber de tanto desespero que se vem espalhando: desempregados, famintos, gente morrendo em fila por falta de atendimento médico, escolas destroçadas. E os artistas, grandes escritores, músicos? Convictos moralistas? Não, muralistas, caladinhos. Nada se falava então sobre a cotação do dólar, ao contrário do que hoje ocorre. Mas uma coisa é certa: é bem mais provável que os padrões estrangeiros respeitem mais um país que honre sua Constituição, proteja seu povo e cumpra suas leis, do que este nosso império pinochero em que tudo se pode, atrás do trio-elétrico. Daí talvez a queda do dólar comemorativo do nandino feito. Poetas, músicos, musicólogos brasileiros, artistas de todo tipo, figuras e feitos tão provocantes já não os inspiram? Qual é a sua função, neste momento? Serão muitas? Nenhuma? Haverá uma função central única, cerne, função das funções, na cultura brasileira? Ela não se relaciona com música? A poesia e as demais artes são armas que talvez ainda possam evitar que este país realmente esquente. Evitemos predições de Cassandra, mas não deixemos de temer o dia em que não mais podendo tapar o buraco do déficit público, dos juros imorais, da corrupção, das desigualdades, com a venda do patrimônio público, que tenhamos de fazê-lo pela cessão de nosso território. Temamos também pela fragmentação do país, esgotada a paciência de um norte-nordeste, face à gula de um sul-maravilha, alimentada aliás por uma imprensa conivente que nos causa nojo e contra a qual, parece, nada podemos fazer. Ave Gregório de Matos! Ave, Gonzaga! Ave Mário de Andrade! Ave você, que abra a boca e grite e soe!

Música e cultura:

Não sei a resposta para nada disso. Não me pretendo aqui como etnomusicólogo. Estou pondo minha cultivada neutralidade de quarentena. Mando-a às favas, mesmo porque não estou falando da música e cultura do outro, mas da minha própria. **Se tenho um tema, é o dos valores culturais.** Se puder propor qualquer coisa, é que este encontro germine num futuro **fórum interdisciplinar de planejamento cultural**, comparecendo a etnomusicologia ali como ciência aplicada. Acautelem-se, porém: tenho tido alguma experiência, mas acabo de ser despedido (mandato não renovado, é eufemismo) do Conselho de Cultura do Estado da Bahia. Não façam muito disso: é evidente que erraram no quesito da competência, ao me escolherem, ou pelo menos assim prefiro considerar diante de outras alternativas para a despedida: seria para mim intolerável ter como sua causa a irresponsabilidade ou o descaso com a cultura. Isso me faria zangado, em vez de aliviado. A questão é outra: tive a audácia de criticar cientificamente, duas vezes, a base do Faz Cultura, o principal mecanismo de provimento de recursos para projetos culturais do estado. Ora o faço pela terceira vez, ainda sem qualquer intenção pessoal ou partidária, já que não publiquei qualquer testamento sobre o assunto, para evitar marolas. Como humilde etnomusicólogo, ou antropólogo de segunda classe que seja, mas também amante da Bahia e do Brasil, não ignoro a importância dos aspectos econômicos e mercadológicos da cultura. Não posso, porém, tomá-los como base inflexível para a ação cultural, lastreada num conceito de cultura que a considera apenas como **um conjunto de bens e serviços de interesse para o turismo.**

São muitas as ações e realizações louváveis que vêm ocorrendo no campo da cultura, na Bahia e neste país, nos últimos anos. Não serão enumeradas, mas nem por isto estão esquecidas. Restam, entretanto, hipóteses assustadoras de omissões e distorções, até para a identidade dos baianos e dos brasileiros, a demandarem mecanismos de proteção e controle, além de transparência. Difícil, principalmente, é a um Conselho de Cultura calar-se diante dos espectros que lhe cabem exorcizar enquanto houver tempo, nos termos da Constituição do Estado. Como a hipótese de uma demissão coletiva infelizmente não existe, tenho de continuar a esbravejar por minha conta.

Na verdade, não pretendi estar aqui. Não sei por que estou aqui. Fui contra a temática deste encontro, o que mais ainda acentua a incongruência de uma aliança minha com o oba-oba oficial. Tem-se o dever, em situações como esta, de se assumir uma esperada atitude humanística, com um mínimo de otimismo. São as loas. Tudo bem, estou aqui na condição de otimista cansado, mas ainda esperando que as coisas possam mudar. Pelo contrário, os lamentos são ofensivos e as maldições imperdoáveis, deselegantes por todos os efeitos. Neste Brasil, volto a dizer, em desconstrução criminosa, sem respeito às leis, em que cláusulas pétreas de Constituição viram joguetes da incompetência e corrupção mais cínicas, o que há de se dizer, como esperança, sobre música e cultura? Como já devem ter percebido, nem a crônica, nem a sátira darão conta do recado sozinhas.

Lancei mão de uma publicação recente do Senado Federal², contendo um "Quadro Comparativo" no qual artigos correspondentes a duas constituições democráticas, a de 1946 e a de 1988, esta já "atualizada" em 1995, são comparadas entre si, à de 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969. Há um conveniente "Índice" no qual a amarração é feita em relação aos artigos da Constituição atual. Os seguintes tópicos podem ser de interesse, observando-se que música não recebe um destaque específico:

Artes – acesso; proteção 208 V; 216 III; criação e interpretação de obras: aproveitamento econômico 5º XXVIII *b*; bens artísticos 23 III e IV; 24 VII e VIII; 216 V

– liberdade de expressão artística 5º IX; 220 § 2º; direito de reprodução da imagem e voz 5º XXVIII; manifestações artísticas: proteção; incentivos 210; 216 IV; rádio e televisão: produção e programação 221 I e III;

Cultura – acesso: garantias 23 V; 215; 227; bens culturais: proteção; incentivos 18 § 4º; 23 III e IV; 24 VIII; 216 § 3º; legislação 24 IX; desenvolvimento cultural 219; DCT 63 p. único

– manifestações culturais: proteção; incentivos 210; 215 e § 1º; 216 IV; datas comemorativas 215 § 2º; costumes indígenas 215 § 1º; 231 e § 1º; rádio e televisão: produção e programação 221 I a III

² Brasil, Senado Federal, Secretaria de Documentação e Informação, Subsecretaria de Edições Técnicas, *Constituição da República Federativa do Brasil: Quadro Comparativo: Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969*. Brasília, 1996.

Obras intelectuais, artísticas e científicas – proteção 23 III e IV; obras coletivas: proteção às participações individuais 5º XXVIII

- liberdade de expressão 5º IX; 220; direito do autor 5º XXVII
- (v. também **Imprensa**)

Patrimônio histórico e cultural – 216; proteção; preservação 23 III e IV; 24 VII; 30 IX; 216 § 1º; atos lesivos: repressão 5º LXXIII; 216 § 4º; obras e documentos 23 III; 216 IV; sítios históricos e arqueológicos 20 X; 23 III; 216 V; tombamento 216 §§ 1º e 5º.

O que mais nos interessa aqui é o conceito oficial de cultura que já abordei até em tom de parábola. É evidente que o "acesso à cultura", tão repetido, dá o que pensar. Em sentido antropológico, seja que definição se tome, parece impossível dissociar o indivíduo de sua cultura, salvo condições draconianas tipo cárcere privado e isolamento total de nascença que, ao contrário do que Rousseau pensou, geraria um bicho, não um selvagem nobre. Parece, pelo contrário, que é o mero conceito de cultura como erudição e coisas o que causa conflitos e limitações em seus desdobramentos, inclusive nas constituições estaduais e dispositivos legais delas emanados (regimentos castrados de conselhos, como ocorre com o de Cultura da Bahia). Segue aqui a parábola, vinda de um tempo em que ainda tentava que a crítica fosse menos contundente.

Cultura e educação: tipos de conceitos de cultura

Imaginemos um país de Terceiro Mundo, que talvez pudesse ser o Brasil, e uma de suas unidades administrativas, como poderia ser o caso da Bahia. Mas o que se segue, em reprovável tom de parábola, impróprio para fins científicos, poderia acontecer em outros lugares. Trata-se da parábola dos paradoxos e gira em torno de cultura e educação, que nesse país são tratadas como coisas distintas.

Não é tanto que não se saiba que a educação é o processo de transmissão da cultura, – cultura e educação duas faces da mesma moeda – mas é que cultura ali não é o que os antropólogos vêm dizendo, de múltiplas maneiras, há mais de cento e vinte anos: uma preocupação com todos os aspectos de uma realidade social. Ou melhor, se se consultam os documentos maiores do país e do estado, as respectivas constituições, cultura às vezes parece ser o que os antropólogos dizem; às vezes não.

Coexistem, na verdade, duas concepções básicas diferentes: essa, mencionada acima, científica, na qual a característica predominante parece ser a idéia de integração, de um todo, e uma outra, de sentido comum, atomizada, associada particularmente às manifestações artísticas e literárias, à preservação de patrimônio, às festas e tradições populares. A associação à idéia de estudo, educação e formação escolar (matéria deixada ao setor autônomo de Educação) não é estranha a esse segundo conceito básico, mas é que pela fragmentação citada, essa idéia na prática não se reflete em ações educativas regulares e concretas, contribuindo apenas conotar a noção de erudição, eventualmente, de artigo de luxo, ou pelo menos de coisa admiável, se é que acessível, sem alcance popular: um certo tipo de entulho. O efeito, portanto, é discriminatório acima de tudo. Admitindo que nesse país e estado haja um "conselho de cultura," até mesmo considerado essencial, tratar-se-á de um órgão meramente ornamental, legitimador...à distância, totalmente esvaziado de sua função constitucional de formulação da política cultural e de supervisão do uso de recursos.

Mesmo que daquele “complexo todo” de Edward Tylor, arte (música, conseqüentemente) seja parte essencial, até mesmo um dos universais da cultura – e isso não se tenha essencialmente modificado nas teorias idealistas mais recentes e restritivas da antropologia cognitiva, da simbólica e da estruturalista – no país de nossa parábola, optante da fragmentação, música ainda não é realmente parte integrante do sistema escolar.

Evidentemente, não é o que se confessa. Pelo contrário, quase todos os participantes da cultura oficial se dizem melômanos e já se teceram metros quadrados de elogios ao potencial educativo das artes e da música, em particular, ainda que tivessem juntado todas elas nos tais cursos de educação artística, ministrados por professores polivalentes formados em cursos predominantemente de curta duração. Mas tão importantes seriam essas “práticas educativas” (distinguiam-nas das verdadeiras “disciplinas”), concluía, que deveriam ficar a critério de pais e de diretores de escolas, o que (ainda bem) significava algo próximo à inexistência.

Note-se que enquanto a educação é considerada como dever de Estado, obrigatória e gratuita, pela constituição mutante desse país, inclusive com um plano nacional de educação plurianual, a postura em relação à segregada cultura, seu alter ego, tem sido sempre a de um liberal “laissez-faire”. Tradicionalmente, a constituição dizia algo como “as artes, as letras e as ciências serão livres no país”, mesmo quando a repressão campeava. A atual versão diz que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.”

Tudo isso é ótimo. O problema ocorre que a almejada liberdade não deve significar ausência de um planejamento cultural. Se esse planejamento não incidir nas esferas de produção e de consumo, mas apenas na da circulação, os riscos de dirigismo são minorados, ao tempo em que não se fica à mingua de recursos, nem sem a possibilidade de implementação de programas em áreas onde sejam necessários.

Os tais aspectos culturais, como abordá-los?

Para um etnomusicólogo, música e cultura fazem parte de um mesmo todo. Falar de aspectos culturais da música, distintos dos aspectos históricos, felizmente atribuídos neste Encontro ao brilho de Regis Duprat, seria meramente uma questão de ênfase. Não creio que se queira aqui uma história da própria disciplina de etnomusicologia, pois toda ela lida com música e cultura. Ignoro, neste ponto, o que dirá ou terá dito o meu ilustre colega, mas parece-me que a distinção que poderíamos traçar seria entre uma concentração no aspecto “processo”--o de vir a ser ou de tornar-se, ou de ter sido--no caso da abordagem histórica, e o aspecto “estrutura”--isto é, o do que o evento musical seja, em sua complexidade, num determinado momento--no caso da abordagem antropológica (esta entre outras disciplinas socio-musicais). Processo e estrutura são duas coordenadas interdependentes da própria busca do conhecimento, a primeira das quais enfatiza o tempo como variável, enquanto a segunda o zera. Na verdade, nenhum musicólogo pode perder de vista os dois aspectos.

Não sendo uma história da etnomusicologia, não tenho também o mínimo de condições de particularizar, neste momento presente, neste zero, quais as relações estruturais de todas as sub-culturas musicais do Brasil, nem muito menos de tecer uma síntese científica, se possível, em torno delas. Mário de Andrade, escrevendo em 1939, voltava-se para o passado e via três etapas lógicas na evolução social da música brasileira (1965: 15): primeiro Deus, depois o amor, e finalmente a nacionalidade. E agora, mestre Mário? Cibercultura? Que é da nação? Danação? Mercadoria?

Geralmente, o conhecimento também deriva de posturas complementares: a que enfatiza as singularidades, isto é, os pontos de vista idiossincráticos, supremos aqui o "ênico" e o relativismo cultural, e a que subscreve as universalidades (isto mesmo, há uma hierarquia nos universais), ou seja, os pontos de vista nomotéticos, das observações de fora, "éticas" e dos métodos comparativos de certo risco, mas que permitem alguma generalização. Sempre fomos bons em matéria de periquito, papagaio, abacaxi, caju e arara. É essa imagem que queremos vender aos turistas dos 500 Anos? Não aprendemos nada com Colombo e as celebrações dos 500 do descobrimento da América? No suntuoso Congresso de 1992 da Sociedade Internacional de Musicologia, em Madri, deu também Cortez, Montezuma, e Il Guarany, se bem que não se admitisse uma vez sequer que a difusão de música se fazia em via dupla ou múltipla. Para eles, apenas doadores (os conquistadores) e doados (os vencidos).

Para a etnomusicologia, sobretudo como antropologia da música, as relações entre música e cultura têm sido vistas em graus distintos. Esses graus se sucedem na história da disciplina: música no contexto em que ela ocorre (Mantle Hood), isto é, ênfase na música, geralmente de uma alta cultura, tendo o contexto como cenário, mas sem preocupação de vinculá-los estreitamente; música *na* cultura, isto é, ainda uma ênfase na música, aliada a uma tentativa de vinculá-la pelo menos a alguns subsistemas da cultura; música *como* cultura, isto é, uma proposta de fusão entre uma teoria da música e uma teoria da cultura. Tony Seeger apresenta uma variante desta terceira postura, em seu estudo dos Suyá, em que revela um tal grau de entrosamento, em que os termos podem ser invertidos: *cultura como música*.

Sejam quais tenham sido os sucessos ou insucessos na identificação dessas relações, o que se reflete na proposta de modelos analíticos que possam nos guiar na complexidade do fenômeno musical e das culturas, um princípio fundamental da disciplina é que música e cultura se relacionam. É possível que o grau de dependência entre os dois termos complexos seja algo variado e afetado por fatores como o da própria difusão de determinadas culturas musicais sobre outras. Assim sendo, pode-se deslocar uma *Nona Sinfonia* de Beethoven, de Viena para Moscou e Salvador, de 1824 para 1999, como se fez aqui no Teatro Castro Alves há alguns dias, certamente com uma incrementada e complicada teia de semioses, mas sem uma catástrofe maior para a platéia de embevecidos apreciadores. Embora não universal como linguagem, a difusão da cultura européia tornou-a cosmopolita. Feito isso com um cântico de candomblé, destacando-o do seu contexto litúrgico, seu sentido seria gravemente afetado e daquela platéia de snobes nem se veria o rastro.

Usos e funções:

Intimamente ligada ao estudo de música como cultura é a questão de seus usos e funções. É possível que pudéssemos ajuizar da saúde das músicas brasileiras, nestes tempos confusos, perguntando-nos como vêm se saindo como respostas a alguns dos quesitos de uso e função em que se inserem. Para isso, porém, teríamos de ter conhecimento íntimo dos valores culturais aos quais esses usos e funções se relacionam, sobretudo estas últimas. A despeito de não se tratar de um dos temas mais explorados na etnomusicologia, há provavelmente unanimidade entre os etnomusicólogos de que, onde quer que seja, se usa música para conseguir alguma coisa.

Não se discute mais tanto se a música é mais ou menos funcional, nesta ou naquela cultura, nem que se dirija mais para certos tipos de objetivos do que outros. Em vez disso, há mais preocupação quanto às maneiras de observar esses usos. Além da

própria questão de distinguir uso de função, os problemas centrais têm girado em torno da diferença entre a função de música em sociedades específicas ou, mais que isso, da função específica de repertórios limitados, estilos, tipos de música, peças, em oposição à questão maior da função de música na sociedade humana em geral. Que essa função provavelmente exista é um corolário da ocorrência de música como universal do comportamento humano. Não há cultura que não tenha alguma coisa que reconhecamos como aquilo que chamamos música.

A primeira elaboração, do conceito de função em música coube a Alan Merriam, amparando-se na obra de Siegfried Nadel e seguindo definições amplamente aceitas emitidas por Ralph Linton. Para Nadel [Merriam (1964: 218)], cuja quarta acepção de função Merriam particularizou para música, função significa a "eficácia específica de qualquer elemento através da qual ele satisfaz à necessidade da situação, isto é, responde a um propósito objetivamente definido; isto é a equação da função com o propósito." Segue-se a bem conhecida lista de dez funções preliminarmente identificadas por Merriam: expressão emocional, gozo estético, entretenimento, comunicação, representação simbólica, resposta física, imposição de conformidade a normas sociais, validação de instituições sociais e rituais religiosos, contribuição para a continuidade e estabilidade da cultura.

Evidentemente, atrás das funções estão necessidades básicas, à la Malinovsky, infelizmente não tão claras para os aspectos criativos e especulativos das culturas quanto consegue ele articulá-las para os demais subsistemas culturais, aos quais correspondem bem estabelecidas ciências sociais e humanas.

Nettl (1983: 149-150) faz uma crítica à proposição de Merriam, tentando uma ressurreição da idéia de que devemos revelar funções maiores para música, que passem por cima das demais. Confessa ele (1983: 159), descrevendo o ápice de seu modelo piramidal (cuja base seriam os usos facilmente detectáveis ética ou êmicamente), "A função de música na sociedade humana, o que música faz em última instância, é controlar o relacionamento da humanidade com o supernatural, mediando entre pessoas e outros seres, e apoiar a integridade de grupos sociais específicos. Faz isto pela expressão dos valores centrais relevantes de forma abstrata." De acordo com o que pensa, à vista de uma espécie de interdependência entre os dois níveis mais altos da pirâmide (o segundo é constituído pelas funções listadas por Merriam), interdependência esta que não existe entre as outras camadas, "Em cada cultura, música funcionará para expressar um conjunto de valores particulares, de uma maneira particular."

Francamente, não pretendo chegar tão alto. Concordo com Nettl de que as formidáveis funções de Merriam são bastante amplas e diversificadas, estas mesmas que Nettl passa a tomar como um grupo (1983: 150). Na verdade, representação simbólica, imposição de conformidade a normas, continuidade, estabilidade, integração cultural, parecem de fato afetar indivíduos não tanto como pessoas, mas no que diz respeito ao todo social. Isto Nettl resume na afirmação de que "música funciona com expressão simbólica dos valores principais, configurações, ou temas de uma cultura." Graças a uma descrição de Susanne Langer de música como "símbolo não consumado, uma forma significativa sem significação convencional" que Nettl relaciona a um conceito (possivelmente de Lomax?) da relação de princípios estruturais gerais e características do estilo de cantar globais e ubíquos (em contraste com o que Nettl considera conteúdo musical específico de uma peça), para sugerir que "se pretendemos ser específicos a respeito da maneira pela qual música reflita os valores de uma cultura, podemos fazê-lo melhor tratando daqueles aspectos de música que estão constantemente presentes num repertório musical. Claramente, então, existe um linha entre a função de toda música

numa dada sociedade ou grupo populacional e as funções de gêneros individuais, estilos, peças.

Outras funções de Merriam parecem menos complicadas, talvez por estarem mais afetas aos indivíduos e pessoas: resposta física (na vertente do biológico, suas necessidades e regras), expressão emocional (idem, do psicológico, seus conflitos e normas), comunicação (demasiado geral, mas no domínio dos sistemas e significados), entretenimento (vizinho da resposta física), gozo estético (aparentado à expressão emocional). Imprescindível, já dissemos é o trabalho preliminar e associado dos cientistas sociais e humanos para a detecção desses valores, na totalidade da unidade cultural estudada. Trabalhos relativos à identidade cultural do brasileiro, ao caráter nacional, como os de Roberto DaMatta (*O que faz brasil, Brasil?*, já vai pela 5ª ed. da Rocco, em 1991) inspiram um novo subtítulo.

Ritos da ordem e da desordem:

Não é com Merriam e Nettl, mas com DaMatta, que compreendemos os ritos da desordem dentro da própria cultura brasileira. Conseqüentemente, aquelas funções de imposição de conformidade a normas sociais, de favorecimento à integração social, de validação de instituições sociais e rituais religiosos, e da continuidade e estabilidade da cultura, em suma dos ritos da ordem, podem ter temporariamente uma leitura ao reverso, pois de outra maneira não se poderia explicar a mudança musical que não resultasse de confrontos externos ao sistema. Explica DaMatta (1991: 86): "Se os ritos da desordem promovem temporárias *des*-construções ou *re*-arrumações sociais, os ritos da ordem marcam de forma taxativa quem é ator e quem é espectador. Aqui não há a menor possibilidade de trocar de lugar, exceto – é claro – pela quebra de protocolo." A propiciação da mudança, dentro de limites, não pode deixar de ser considerada como uma das importantes funções sociais das artes. Além disso, constituem um elo com o próprio desenvolvimento cultural. como veremos mais tarde.

Alguns dados concretos sobre Salvador

Trataremos de apenas uma das funções, a de **resposta física**, tanto por considerá-la mais simples, ou talvez até mesmo mais primitiva na ordem evolutiva da espécie, mesmo que não tenha como comprová-lo. Razão mais forte ainda é que, por extensão, terei oportunidade de tratar de um dos problemas que no momento mais me preocupam: o da preservação da audição. Antes disso, porém, tentaremos apresentar um quadro da vida musical de Salvador limitado aos dados fornecidos pelo *Guia Cultural da Bahia*, publicação da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, que propicia um volume, em três tomos, exclusivamente para Salvador (Vol. 5, 1998). Um esforço sério, que já alcança oito volumes, num total de dez tomos, alguns deles alentados, resulta de um levantamento realizado pela distribuição de formulários aos interessados. Inclui, ainda assim, categorias nem sempre muito claras ou mutuamente excludentes. A mim próprio quiseram classificar entre os "Escritores e Poetas, o que não permiti. O raciocínio oficial é simples em relação aos músicos: não escrevem ou falam, apenas tocam ou cantam. Se é musicólogo, o tempo fecha: ou é escritor ou poeta.

Para se ter uma idéia dos que se consideram músicos, em Salvador, com veleidades profissionais³, as categorias relacionadas à música são "Cantores" (cerca de **630**), "Músicos" (em torno de **1098**), "Banda de Música / Filarmônica" (**30**), "Conjunto Musical / Grupo Musical" (cerca de **80**, grupos estes que chegam a ter **27** componentes, freqüentemente não menos de **10 a 15** integrantes, cobrindo uma variedade de gêneros e de destinos), "Coral" (**78**, no total, distribuídos entre instituições de ensino, **18**; empresas, **15**; instituições religiosas, **14**; oficiais, **13**; independentes, **9**; fundações, **5**; hospitais, **3**; e sindicatos, **1**), "Grupo Carnavalesco" (**120**), "Grupo de Capoeira" (**95**), "Grupo Folclórico" (**34**), "Orquestra" (**11**, duas delas orquestras sinfônicas).

Na listagem de professores particulares de música constam **58** nomes, apenas. Mas isso não é muito mais do que o *Almanach civil, político, e commercial da Cidade da Bahia para o anno de 1845* (Bahia [Salvador]: Typ. de M. A. da Silva Serva, 1844) listava, em torno de **39**, pelo menos: Professores de Pianno, **7** (dois italianos e Damião Barbosa de Araújo entre eles); Afinadores: **2**; Bandas de Musica de Barbeiros, **3**; Muzicos, Professores e Compozitores: **33** (Damião novamente citado, entre vários outros de reputação firmada, inclusive Domingos da Rocha Mussurunga, não Moçurunga, como aparece na *Enciclopédia de Música Brasileira*). Voltando ao presente: quanto a "Instituições Promotoras de Cursos e Oficinas Culturais" (**79** ao todo), muitas delas meras promotoras de eventos, não efetivamente instituições de ensino, **33** acusando música, entre outras opções (teatro, dança, bio-dança, folclore, fotografia, culinária afro, artes plásticas, entre outras). A isso se devem contrapor as universidades que oferecem cursos regulares de graduação de música, **apenas duas**, com uma população estudantil já razoável, em relação ao que foram no passado, mas pequena em relação à demanda de outros cursos das diversas áreas universitárias.

Numa avaliação sem dúvida subjetiva, parecem-me nomes demais para a situação do ensino formal, principalmente no que diz respeito à situação da educação musical na escola comum, praticamente inexistente. Verdade, porém, é que há situações de ensino informal e que não há uma correlação estreita entre talento e alfabetização musical. O mínimo que se pode aventar é que existe uma defasagem entre a demanda por um ensino adequado, seu acesso e as aspirações musicais do povo de Salvador. A excepcional quantidade dos que se consideram profissionais, ou que até mesmo talvez o sejam, conduz a essa conclusão. Surpreendente também é o quinhão elevado do PIB do estado consumido em atividades culturais, a maioria das quais produto de profissionais descolarizados.

No quesito da **resposta física**, iríamos bem, se a questão é a quantidade e o efeito. Temos música a perder de vista para rodopiar as cadeiras, fazer qualquer tipo de ginástica, marchar, correr, pular, copular e axé, axé, axé até ensurdecer, além de ensandecer. Faço um apelo para que os afazeres deste Encontro não os distraia da absoluta necessidade de atentar para o problema maior da prevenção da surdez, e conduzir nossos participantes a um pronunciamento adequado. Devemos inequivocamente apoiar uma campanha intensa de prevenção da surdez ou de conservação da audição, não apenas aqui, mas em todo o Brasil. Os dados são

³ Sou grato a Luciano André da Silva Almeida (Luciano Caroso) pela ajuda que me deu em levantar os dados do mencionado *Guia*, assim como por vários outros comentários e sugestões sobre música popular de que tem vivência muito maior que a minha. Quanto a este último ponto, sou também grato a Tito Baqueiro Cerejo e Leandro de Magalhães Gazineo, também membros do Núcleo de Estudos Musicais [NEMUS] que coordeno, pela troca de idéias sobre a vida musical baiana e brasileira.

simplesmente alarmantes e os tenho em quantidade, à disposição de interessados e da Coordenação do Encontro.. Remeto-os ao Relatório Final de uma campanha nacional que foi objeto da Indicação 04/98, feita pelo finado no Conselho de Cultura do Estado da Bahia, mas esta não pode morrer.

Os elementos anexos a essa Indicação dão testemunho de uma importantíssima tentativa de conscientização e de levantamentos de dados colhidos através da realização da **I Semana Nacional de Prevenção da Surdez**, iniciativa da Sociedade Brasileira de Otologia (SOB), Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia (SBORL), Fundação Otorrinolaringologia, Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e Conselho Federal de Fonoaudiologia, de 10 a 12 de novembro de 1997, já se vão dois anos, sob a Coordenação do Dr. Ricardo Ferreira Bento, com apoio de ministérios e de empresas, além de médicos, fonoaudiólogos e voluntários. Carece de uma explicação, entretanto, o fato dessa campanha nacional e bem sucedida não ter gerado notícia local além das duas colunas de 27 linhas que *A Tarde* publicou em dia de Carnaval. Publicou aliás no mesmo caderno, na página oposta à da notícia de que um dos trios-elétricos havia sido multado por exceder o limite de decibéis permitidos, sem que os cordeiros utilizassem protetores auditivos. Multa insignificante. Nada, absolutamente nada se dizia sobre a multidão de vítimas suarentas e alcoolizadas impressadas entre prédios, no desvario de Momo, cuja audição iria ser afetada irreversivelmente para o resto da vida.

Para que essa Indicação tramitasse no Conselho de Cultura (minha terceira tentativa), fui sabiamente aconselhado a omitir a questão dos trios-elétricos, parceiros políticos de não pouco peso, presenças fundamentais de um carnaval popular, mas subsidiado, tornada hoje atividade comercial do ano inteiro, movimentando polpudos recursos, extirpando tradições realmente populares, exportados para outras cidades sob a ação de empresários em que os cearenses aparentemente se destacam, com exceção talvez de Pernambuco que produz seu ruído próprio.

Outras sete cidades baianas poderão ter tido mais êxito na divulgação: além de Salvador (12 postos de divulgação e triagem), participaram Juazeiro (3 postos), Feira de Santana, Camaçari, Ilhéus, Vitória da Conquista (todas com 2 postos), Alagoinhas e Itabuna (ambas com um posto, cada).

Para o Brasil, como um todo, **baseados num total de 60263 audiometrias** (depuradas de um universo de **94678 pessoas** que compareceram para fazer exames nos postos da Campanha), espanta a constatação de que **63,37%** demonstravam alteração da audição, sobre **36,33%** considerados normais, isto é, **quase dois terços de anormalidade**.

No caso da Bahia, sobre um total de **732 audiometrias**, **62,70%** revelavam alteração, sobre **35,79%** normais. A situação de Ilhéus e de Itabuna, atingindo índices de alteração de **99,63%** e **86,18%**, respectivamente, necessita ser explicada.

O parágrafo do Relatório Final com o subtítulo de “Sugestões” (ver endereço eletrônico <http://www.hcnet.usp.br/otorrino/surd/relatfin.htm>) não pode deixar de ser transcrito:

“Os achados iniciais são alarmantes quanto à incidência de perda auditiva na população brasileira e sugerem que tanto a sociedade civil quanto os órgãos governamentais devem urgentemente prosseguir em investigações para detectar as causas e estudar medidas preventivas, uma vez que a audição será no próximo século vital para um país que pretende crescer, uma vez que a comunicação será o grande fator de desenvolvimento da civilização.”

Evidentemente o capítulo da poluição sonora vai além dos aspectos musicais e necessitam de um fórum interdisciplinar que possa abordar o problema em sua enorme complexidade, inclusive valendo-se da experiência de outros países. Uma universidade, como a Universidade Federal da Bahia, que conta com um Instituto de Saúde Coletiva, além da Faculdade de Medicina, teria condições de propiciar essa abrangência: medicina, saúde pública, engenharia, física, economia, educação, arquitetura e urbanismo, administração, direito, psicologia, música, dança, teatro, comunicação e Deus sabe o que mais, não esquecendo setores externos que tentam ou deveriam tentar equacionar o problema (secretarias, órgãos de controle de meio ambiente, associações de normas técnicas, conselhos, autoridades policiais) que necessitam também estar presentes. Nenhuma resposta se obteve da autoridade da Faculdade de Medicina, prestigioso e ocupadíssimo otorrinolaringologista, destinatário (para conhecimento) de uma das duas cópias do processo. Os entendimentos com o Instituto de Saúde Coletiva marcham, embora lentamente. Ocupam-se sobretudo com medicina ocupacional. A tendência parece ser de se associarem à iniciativa de particulares, como esclarece a Dra. Vilma Santana: "...haverá agora em novembro, como parte de um movimento nacional, um evento público sobre a poluição sonora e como enfrentar esse problema. A coordenação está a cargo de um movimento popular com a participação do Centro de Estudos sobre a Saúde do Trabalhador com o qual temos uma parceria." Isso será muito importante, mas temo que não seja suficiente para mobilização da sociedade e elaboração de normas eficazes para os diversos setores. Sugerir, recentemente, que a UFBA promovesse o fórum interdisciplinar no curso de sua participação nos eventos dos 500 Anos. Há uma grande quantidade de material a esse respeito, inclusive cartilhas que ensinam como se proteger da agressão aos ouvidos. Há consensos já alcançados por entidades médicas nacionais americanas de prestígio, há mais de nove anos. Solicito, portanto, deste Encontro, vale repetir, um posicionamento claro e incisivo sobre a questão. Infelizmente, surdez não mata. Ninguém melhor que os músicos para se valerem dos decibéis que comandam para uma orientação da sociedade. O assalto ocorre em toda parte, dentro de sua casa, nas igrejas, nos ambientes coletivos, nas ruas. Fazer música virou sinônimo de gritar. Ouvidos não têm pálpebras, disse Pascal Quignard.

O quesito oposto ao da resposta física, deveria ser aquela função ou funções que desenvolvessem a inteligência auditiva e o espírito crítico do indivíduo. Na lista proposta por Merriam, por exemplo, a função de comunicação é demasiado abrangente, já dissemos. Comunicam-se obras primas, assim como diversos graus de banalidades que interessem aos meios de comunicação de massa e aos caprichos de disc-jóqueis. Subentendem esses senhores, injustamente que o povo não almeje o melhor para si, e por isso o condenam à música pior que possam conseguir. Há demasiado notícias de música no noticiário do dia a dia dos jornais de Salvador: shows, concertos, recitais, lançamentos, entrevistas, mas raramente artigos e críticas. Ao contrário, as produções de maior dignidade, como talvez Adorno as chamasse, ficam nas gavetas. Sem dúvida, nunca se publicou tanto disco quanto hoje se faz, no Brasil, particularmente na Bahia, talvez hoje o segundo maior polo produtor do Brasil. Alguns certamente muito bons, tanto no âmbito da chamada música popular, quanto na da arte mais elaborada. Mas no âmbito geral, Axé e Banda Eva à parte, ouvidos, não são as vozes que advirtam, que defendam, que lutem pelo Brasil. A qualidade de música, até mesmo no seio da igreja católica, cuja liturgia teve uma riqueza simbólica indiscutível, cede a um ridículo que alcança tais paroxismos, entre alguns grupos carismáticos, que se chega a ter pena do

Espírito Santo e isto também amplificado, malgrado a gritaria. Faz-se entretanto um Barroco da Bahia cuja preocupação é importar um repertório religioso germânico que nunca tivemos, além de impedir o acesso de organistas às tribunas disponíveis.

Como proposta vencida para este Encontro, ou melhor, para um futuro evento, sugiro uma tomada preliminar de conhecimento da proposta que se fez de planejamento cultural como tema, já que a encaminharei à Coordenação deste evento.

Eis a proposta:

Ideologia da cultura e planejamento cultural: sugestão preliminar para um fórum de cultura em Salvador:

Data da década de setenta a crescente convicção, entre os governos das diversas nações, do relacionamento existente entre o planejamento cultural e o desenvolvimento em geral. A UNESCO, ainda bastante ativa, organizara em Veneza, de 24 de agosto a 2 de setembro de 1970, uma Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais em que se evidenciava que os governos “tinham decidido ir de encontro aos novos requisitos e aceitar a responsabilidade pelo desenvolvimento cultural, doravante como parte integral do desenvolvimento em geral.”⁴

Augustin Giraud, a cujo cargo, na época, estava o Departamento de Estudos e Pesquisas do Ministério de Assuntos Culturais da França, foi encarregado de escrever uma obra sobre as múltiplas facetas da elaboração de uma política cultural, a qual poderia ser ainda útil. Quase ao fim de seu *Cultural Development: Experiences and Policies*, reiterava:

O desenvolvimento cultural, como o visualizamos, não é meramente associado com desenvolvimento econômico: é também uma condição essencial sem a qual a sociedade não pode adaptar-se ao progresso vertiginoso da tecnologia. Fazer um povo capaz de entender e dar forma ao novo mundo, dar-lhe o poder de auto-expressão e de comunicar-se dentro dos grupos pelo uso das linguagens de seu tempo, é um pré-requisito para educação continuada [*lifelong education*], ela própria a principal condição de desenvolvimento. Indivíduos, antes que possam lidar com as necessárias mudanças em processamento, devem ser primeiro capazes de lidar com a mudança, como tal; e esta capacidade eles podem somente adquirir através de uma série de processos – através da informação, da assunção de responsabilidade, de treinamento, de aprender como expressar-se – os quais, em combinação, constituem desenvolvimento cultural. Resistência à mudança prejudica mais o desenvolvimento do que até mesmo a falta de meios.⁵

⁴ Augustin Giraud, *Cultural Development: Experiences and Policies* (Paris: UNESCO, 1972). p. 15.

⁵ Idem, p. 141.

Sem necessariamente encarmos a ideologia em sentido pejorativo, como “óculos que distorcem e mascaram o *statu quo* real,”⁶ ainda nos encontramos diante de sistemas abrangentes de crenças, categorias e maneiras de pensar que podem constituir o fundamento de projetos de ação política e social dos quais dificilmente escapamos. Todos de fato vivemos o nosso dia a dia num ambiente virtual definido pelas nossas idéias. Isso também parece ser o que constitui ideologia, ideologia da cultura, principalmente quando essas idéias não resistem a uma análise mais profunda. Diz Simon Blackburn (mesma fonte): “uma ideologia é um esquema conceitual com uma aplicação prática.”

Não se tem feito planejamento cultural em nosso país, talvez por um equivocado liberalismo. Na realidade, esse liberalismo pode ser uma outra face de um materialismo cultural mal resolvido, em cujo caso nenhum planejamento cultural seria concebível nem possível, salvo como consequência indireta de transformações induzidas nos sistemas de manutenção (economia, estrutura social, base tecno-ambiental determinante) com consequências nas projeções do sistema (no caso, consciência social ou ideologia como projeção⁷). Presentemente, tende o governo federal (crise do federalismo) a delegar sucessivamente aos estados e, sobretudo, aos despreparados municípios as tarefas de preservação do patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, entregam tais tarefas ao custeio das empresas (crise econômica) e a propostas de produtores culturais, com base em vantagens fiscais (leis de incentivo). Os mecanismos de captação de recursos para a cultura – sem dispositivos de correção – têm passado a subsidiar, advertida ou inadvertidamente, o que já tem uma estrutura atraente ao mercado e que por isso mesmo não deveria ser o objeto do fomento. O que se teme não é tanto o que se tem feito, mesmo ruim que seja, mas o que se omite com consequências letais.

Se temos Ministério, Secretarias e Conselhos de Cultura, entretanto, parece razoável inferir-se que aí estão por terem como base teorias idealistas de cultura que vêem idéias, conhecimento, capacidade de simbolização e manipulação de linguagens como fatores primários de mudança e de poder. De outro modo não se justificariam como órgãos de governo, se as políticas culturais postas em prática, a propósito ou a esmo, não tivessem um fundamento científico e um acompanhamento dos efeitos resultantes.

Desde quando o mundo das pequenas idéias não comprovadas realmente interfere, por bem ou por mal, na falência ou inexistência desse planejamento, a proposta que aqui se faz é de que a um Fórum interdisciplinar de músicos e de especialistas das áreas das ciências sociais e das humanidades, se agreguem representantes de instituições ligadas à Secretaria de Cultura, às universidades e à comunidade em geral, para discussão de problemas nas áreas abaixo discriminadas, à luz das diversas teorias da cultura, buscando a elaboração de linhas gerais para um planejamento cultural viável e significativo para o país.

⁶ A citação foi retirada de Simon Blackburn, *Dicionário Oxford de Filosofia*, consultoria da edição brasileira de Danilo Marcondes, tradução de Desidério Murcho et al. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997), s.v. “Ideologia”.

⁷ Observe-se que ideologia aqui não tem o sentido que definimos anteriormente, mas o de um fenômeno de superestrutura.

Os seguintes desdobramentos estão sendo sugeridos para início de discussão:

1. Ideologia da cultura como fator do desenvolvimento cultural:

- Na música.
- Nas demais artes, letras e ciências, à guisa de uma visão geral.

2. Ações de proteção à memória, às tradições musicais e à própria audição:

- Problemas do patrimônio material
- As tradições orais
- A preservação do meio ambiente para uma saúde auditiva

3. Ações positivas voltadas para a mudança e a criatividade:

- Áreas de incidência para uma política cultural não-dirigista
- Incentivos à produção e liberdade criadora
- Educação e educação musical para a mudança

(revisão da proposta de 7 de abril de 1999, quando submetida à Comissão Organizadora do ANPPOM/Salvador)

Guia para continuar

-  **Programação da ANPPOM 1999**
-  **Informação dos Participantes**
-  **Saída dos Anais da ANPPOM**